

ATA N.º 03/2015

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 25 de junho de 2015.-----

----- Aos 25 dias do mês de junho de 2015, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação, discussão e votação da Moção “Em Defesa da Água Pública”;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2015;-
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Covões e Camarneira pela emissão de Licença de Espetáculos e Licença Especial de Ruído / Romaria a Cavalos;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima pela emissão de Licença de Espetáculos e Licença Especial de Ruído / XII Feira do Tremoço;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã pela emissão de Licença de Espetáculos e Licença Especial de Ruído / XIII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã pela cedência do Complexo Desportivo de Cantanhede e Piscinas Municipais / Férias Ativas;-----
- 8 - Concessão de isenções de taxas municipais / Relação semestral / Para conhecimento;-----
- 9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Aquisição de varredoura;-----

10 - Apreciação, discussão e votação Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Semana Cultural;-----

11 - Apreciação, discussão e votação da proposta final do PDM e Avaliação Ambiental Estratégica;-----

12 - Apreciação, discussão e votação da proposta/relatório da Consolidação de Contas do Município de Cantanhede do ano de 2014.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes: -----

----- Pedido de substituição da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, pelo Secretário, Sr. Dr. Carlos Manuel Oliveira Gregório, do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Covões e Camarneira, pelo Tesoureiro, Sr. Fernando Pedro China Mateus Veríssimo e do Sr. Presidente da União das Freguesias de Portunhos e Outil pela Secretária Sr.^a Dr.^a Anabela da Costa Heleno Agostinho, conforme documentos apresentados.-----

----- Justificação da falta do Sr. Mário Miranda de Almeida, por motivos profissionais e do Sr. João Paulo Protásio Vagos, por motivos pessoais.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 02/2015, da sessão da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2015.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, apresentou à mesa um voto de protesto pelo envio tardio da referida ata. Informou que a mesma foi enviada no dia anterior à sessão e que se trata de um documento demasiado importante para ser lido de forma leviana e rápida, devendo ser analisado com o rigor, com atenção e com o espírito

crítico devido. De seguida, solicitou que a ata fosse, de futuro, enviada com o mínimo de 3 dias de antecedência.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, concordando com o facto da elaboração da ata, pelo seu tamanho, ter sido difícil, enalteceu o esforço dos funcionários da Câmara Municipal, no sentido de terem conseguido enviá-la, mesmo em cima da hora, apesar de tardiamente. De seguida informou que, a referida ata foi, na última sessão, aprovada em minuta, para efeitos imediatos, não havendo qualquer inconveniência em que a mesma seja aprovada na sessão a realizar em setembro, adiando, assim, a votação da mesma.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 04 de maio de 2015 a 25 de junho de 2015, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, deu início ao período Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- Interveio o Tesoureiro da Junta da União das Freguesias de Covões e Camarneira, Sr. Fernando Veríssimo, em representação do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Covões e Camarneira, tendo feito a seguinte comunicação: *“Em representação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Covões e Camarneira, cabe-me a mim, de uma forma sucinta, descrever-vos todas as atividades realizadas no âmbito da III Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira. A nossa Semana Cultural teve início no dia 5 de junho e o seu término no dia 13 de junho. A segunda edição do Torneio de futsal Inter-Lugares, deu o pontapé de saída à grande diversidade de atividades planeadas para este*

período. No total foram realizados 12 jogos de futsal, onde se pôde constatar a grande mobilização da população em apoiar o seu lugar e os seus atletas, em quase todos os dias. No sábado dia 6 de Junho fomos presenteados, no magnífico auditório da Filarmónica de Covões, com a cómica peça de teatro “2 maridos em apuros” do Grupo de Teatro Amador de Ançã, Novo Rumo. No Largo de Santo António, a 7 de junho, recebemos a atuação do Rancho Folclórico Luz e Vida da Ponte de Vagos. A Arcuma realizou o Festival da Arepa e da Empanada no lugar da Barreira da Malhada, na véspera do feriado. Um dos pontos altos da semana cultural foi a realização do Rally-Paper durante a tarde do dia 10 de Junho. Para além da massiva participação da população, o entusiasmo foi enorme. Este evento proporcionou aos participantes mais algum enriquecimento cultural e histórico sobre a nossa freguesia. No final da tarde, decorreu a Mega Aula de Zumba Solidária, onde perto de 2 horas, 9 instrutores animaram aproximadamente 300 pessoas no Largo de Covões. Esta atividade teve como propósito a angariação de fundos para ajudar a Lara. Uma menina de 4 anos, residente na nossa freguesia, que padece de uma grave paralisia cerebral. Os tratamentos são muito caros, bem como todos os equipamentos indispensáveis ao seu bem-estar. Na tarde de sexta-feira, dia 12 de junho, a AACCC e a ASCR Camarneira, organizaram um evento em conjunto na antiga escola da Camarneira. Trouxeram até nós o Grupo de Cavaquinhos e Cantares da Academia de Saberes de Aveiro, com o tema “Canções Tradicionais da Nossa Terra”. A plateia era constituída maioritariamente por utentes das duas instituições da nossa freguesia (Prodeco, IPSS e ASCR Camarneira), que assim tiveram uma tarde diferente e muito animada. Depois da final do Torneio de Futsal Inter-Lugares, que decorreu no dia 12 à noite, foi a vez do Grupo de Teatro Amador da União Recreativa de Cadima, entrar em cena com duas peças de teatro intituladas: “As duas faces do amor “ e “O julgamento”. Para

terminar esta Semana Cultural e assinalar o Dia da Freguesia, como o dia do nosso Santo Padroeiro, e também o Aniversário da Sociedade Filarmónica de Covões (147 anos de existência), o dia 13 de junho foi grandiosa! Iniciou-se pela manhã com uma concentração de motos antigas que percorreu toda a freguesia, fazendo as delícias de todos. Para a tarde estava guardado o momento mais solene desta III Semana Cultural da nossa freguesia, que foi sem dúvida, a Cerimónia de Inauguração do Monumento em Honra aos Combatentes da Guerra do Ultramar. Este momento contou com honras militares e com a participação da Filarmónica de Covões, onde executou o Hino Nacional no hastear das bandeiras. Para esta cerimónia estiveram presentes individualidades civis, militares e religiosas. O descerrar da placa alusiva ao momento foi da responsabilidade da senhora Vice-Presidente do Município de Cantanhede, Dra. Helena Teodósio, do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Covões e Camarneira, Sr. Asdrúbal Torres, do Sr. Presidente da Liga dos Combatentes, o Sr. Tenente Coronel Joaquim Chito Rodrigues e do Sr. Presidente do Núcleo de Cantanhede da Liga dos Combatentes Sargento-Chefe Mário Cavadas. Aproveitamos para agradecer aos serviços deste Município, especialmente à Arq.^a Margarida Santos e ao Sr. Eng.º António Abreu, pelo empenho, dedicação e tempo despendido na idealização e conceção deste magnífico monumento. Após esta cerimónia e já no auditório da Filarmónica de Covões, decorreu uma conferência sobre o tema “Homenagem aos Combatentes da Pátria: um dever de sempre”, a cargo do Tenente Coronel João Brandão Ferreira. Finda a qual foram homenageados 2 soldados naturais da nossa Freguesia tombados em combate e 87 ex-combatentes da Guerra do Ultramar residentes na nossa freguesia, com a entrega de uma medalha comemorativa. Este foi um dia muito marcante para a vida dos ex-combatentes da nossa freguesia, porque finalmente alguém se lembrou, que um dia foram chamados

para combate sem saber se iriam regressar, ou como regressar. Para finalizar este dia, a Banda Militar do Porto brindou a todos os presentes com um belíssimo concerto. Este momento marcante na vida da Freguesia, contou com a colaboração do Presidente do Núcleo de Cantanhede da Liga dos Combatentes, Sargento-Chefe Mário Cavadas e do Capitão Piloto Alípio Barbosa, a quem agradecemos pelo seu empenho total. Não podia deixar de referir e agradecer mais uma vez ao Município de Cantanhede e a todas as associações da nossa freguesia, que colaboraram para a realização desta Semana Cultural.”-----

----- Interveio o Secretário da Junta de Freguesia de Cadima, Sr. Dr. Carlos Gregório, em representação da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, tendo feito a seguinte comunicação: “Boa tarde a todos. O que nos traz aqui hoje, da parte da Junta de Freguesia de Cadima, em representação da freguesia de Cadima e da sua Presidente Dr.ª Marise Pessoa é apresentar alguns factos que recentemente ocorreram na nossa freguesia, nomeadamente: - A Feira do Tremoço que decorreu nos passados dias 29, 30 e 31 de Maio, da qual nos congratulamos com o êxito que foi alcançado e que se afirma cada vez mais um evento de referência no concelho e na região, agradecendo a todos os que estiveram presentes, nomeadamente, aos elementos que fazem parte da Assembleia Municipal; - Congratulamo-nos também, com algumas obras que se encontram a decorrer ou que foram finalizadas recentemente na freguesia de Cadima, concretamente, à recuperação do antigo edifício sede da Junta de Freguesia de Cadima que se encontra praticamente terminada, as obras efetuadas no moinho de entre águas e que foram finalizadas e se encontram disponíveis para usufruto da população de uma forma geral, as obras que estão a decorrer na requalificação do Campo do Fujanço onde está a ser colocado um tapete sintético e onde estão a ser executadas obras de melhoramento ao nível da

iluminação e dos balneários; - Congratulamo-nos também com os recentes êxitos que foram conseguidos com a equipa de futebol feminino da União Recreativa de Cadima nomeadamente a subida à I Divisão Nacional do Campeonato de Futebol Feminino, é certamente um motivo de orgulho para todos os Cadimenses e para todos os residentes no concelho de Cantanhede ter uma equipa a disputar um Campeonato Nacional na I Divisão e também a conquista da Taça de Futebol Feminino da Associação de Futebol de Coimbra que o Cadima através do URC conquistou; - Em relação à questão das obras e a todo o apoio que estes eventos foram decorrendo e estas conquistas que foram tendo conseguidas pelas atletas da freguesia de Cadima, enaltecer o apoio incondicional que foi concedido por parte do Executivo da Câmara Municipal de Cantanhede; - Dar conhecimento à Assembleia de que, neste momento, um casal de Cadima, nomeadamente a Jacinta que sofre de uma doença neurológica degenerativa e o Aires Costa, estão com muita fé e com muito amor a executar uma peregrinação até Roma para visitar o Papa Francisco. Partiram no dia 31 de Maio para enfrentarem cerca de 3.000 Kms em bicicleta, que denominam de “o Autocarro do Amor”, encontram-se no momento perto de S. Sebastian em Espanha e contam chegar no dia 5 de Agosto, sendo que contam com o apoio de todos os Cadimenses que os vão acompanhando através do FACEBOOK, através de mensagens de apoio para lhes darem forças para enfrentar aquela pesada mas muito interessante jornada que eles estão a encetar.”-----

----- Interveio, de seguida, a Sr.ª Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Prof.ª Aidil Machado, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, felicitou o Executivo Municipal por, mais uma vez, ter proporcionado no dia 6 de Junho um convívio intergeracional com a realização da Festa da Criança e da família, a qual, com o seu caráter lúdico e pedagógico,

proporcionou a centenas de crianças do concelho de Cantanhede e suas famílias, um dia de confraternização diferente e de convívio. De seguida, informou que está a decorrer, de 21 a 29 de junho, a semana cultural da freguesia e que a abertura do Tapas & Papas ocorrerá no dia 26, pelas 19 horas, estando todos convidados para o evento. Acrescentou que, nesse mesmo dia, decorrerá a noite branca e haverá fado cruzado, com fados de Coimbra e de Lisboa. Agradeceu particularmente ao Senhor Vereador da Cultura e Ação Social, Dr. Pedro Cardoso, a sua participação na conferência subordinada ao tema “Violência Doméstica” com o Dr. Carlos Fernandes da Silva, momento alto e sério da semana cultural e com muita participação. Chamou ainda a atenção que, no âmbito daquela conferência sobre “Violência Domestica”, no próximo dia 28 de junho, pelas 17.30, será dada, na Praça Marquês de Marialva, uma Mega aula de Zumba a favor da APAV – Associação de Apoio à Vitima. Relembrou finalmente que, no decorrer Folk, todas as noites serão animadas por grupos na Praça Marquês de Marialva, no espaço “Folk”.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Dr. Luis Pato, o qual procedeu à leitura da seguinte comunicação: *“A bancada de deputados da Assembleia Municipal vem, por este meio, solicitar ao Executivo da Câmara Municipal de Cantanhede, informações relativas à existência de amianto no concelho de Cantanhede. Estamos perante mais uma realização da Expofacic, onde existe um edifício (pavilhão) com a presença de amianto e há pouco tempo foi dito pelo presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, que esta situação seria resolvida. Perante estes fatos, gostaríamos de saber se tal situação já se encontra solucionada? E os outros espaços identificados pela Câmara Municipal de Cantanhede, também já foram alvo de alguma intervenção? Caso não tenham, convirá aqui recordar, que no caso da Expofacic o espaço mencionado, que é Mercado Municipal de Cantanhede, é usado anualmente para a*

prática de comércio de alimentos bem como de outros bens que obrigam a uma deslocação periódica de pessoas. Na Expofacic, é lá que estão representados dois pilares do estado social em que vivemos – Educação e Saúde. O que obriga, para além da afluência regular de visitantes da Expofacic, à deslocação acrescida de crianças e de idosos durante o decorrer do evento... Posto isto, gostaríamos de saber qual é o estado atual da situação supracitada? Será que já foi resolvida tal como indicada pelo Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede?” As outras duas situações estão relacionadas com um estudo recentemente publicado pela Blue Consulting que coloca o município de Cantanhede como o 32.º município dos 100 municípios da zona centro. O que é preocupante no meio disto tudo, é que desde a última consulta por esta consultora, o município de Cantanhede desceu 8 lugares. E ainda mais preocupantes são as variáveis que são utilizadas para fazer esta medição, tem a ver com o interesse comercial, o interesse turístico e, fundamentalmente, a qualidade de vida. Uma outra questão ainda está relacionada com a ata da reunião privada da Câmara Municipal de Cantanhede, que data do dia 3 de Março de 2015, onde na página 3 fala acerca das condições físicas adequadas para a receção do espólio do Professor António José Cortesão, são documentos históricos, obviamente. Gostaríamos de saber se há condições para a manutenção destes documentos, pelos vistos, pelo que está narrado neste documento não o há e já agora em relação ao Foral de Cantanhede, há condições para manter este documento? Falo, nomeadamente, das condições atmosféricas que destroem documentos históricos.”--

----- Inteiro, de seguida, o Sr. Prof. Abel Carapêto, apelando para os seguintes assuntos: - Relativamente à atração do turismo no concelho de Cantanhede, considera que a Câmara Municipal deveria ter como prioridade a criação de condições de atratividade para o mesmo, nomeadamente, com o melhoramento das vias de

circulação rodoviárias, principalmente, para os Olhos da Fervença e para a Praia da Tocha. Acrescentou que seria uma forma de atrair mais turistas ao concelho, uma vez que estes são cada vez mais exigentes com a escolha dos locais, procurando condições condignas; - De seguida apresentou a seguinte recomendação, subscrita pelos elementos do Partido Socialista: *“PELA REPOSIÇÃO DAS 35 HORAS SEMANAIS PARA OS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE E DA INOVA”* - *O governo aumentou o horário de trabalho para os trabalhadores da administração pública, onde se incluem os funcionários das câmaras, de 35 para 40 horas semanais, medida que seria transitória e breve. Considerando: - A autonomia administrativa e financeira das câmaras municipais; - O direito de igual tratamento entre todos os trabalhadores da administração local, sem discriminação, no que concerne à harmonização do número de horas de trabalho; - O desrespeito para com os direitos dos trabalhadores da administração pública, com elevados cortes nos vencimentos, perdas de direitos e regalias laborais e sociais; - Que o corte dos salários, por via do aumento do horário de trabalho, sem a subsequente atualização salarial, é imoral, ilegítima e inconstitucional; - A crescente desmotivação dos trabalhadores e conseqüentemente a redução da produtividade laboral; - O aumento das despesas de funcionamento da câmara; - O dever do executivo premiar o mérito e o profissionalismo dos trabalhadores através, também, da aplicação de um horário de trabalho adequado, compatível com a vida pessoal e familiar; - Que não estão salvaguardados os direitos e o respeito pelos trabalhadores; - A lamentável postura de seguidismo acrítico do executivo, quando lhe é permitido implementar e aplicar a medida através de acordos com os trabalhadores; - Uma grande maioria das Câmaras já chegou a acordo e outras encontram-se a discutir com os sindicatos os Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública (ACEEP). Os*

Deputados do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Cantanhede, reunida em sessão ordinária de 25 de junho de 2015, recomendam à Câmara Municipal de Cantanhede: 1 – A reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais para todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Cantanhede e da INOVA. 2 – A assinatura de um acordo ACEEP (Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública) com um dos sindicatos – STAL, que contenha a redução do horário de trabalho de 40 para 35 horas semanais e as cláusulas do banco de horas.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão respondeu às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente à questão do amianto nos espaços públicos, recordou que o assunto já foi discutido anteriormente, tendo o Mercado Municipal sido sinalizado. Recordou ainda que, não havia conhecimento de outros locais, tendo sido solicitado que, se alguém tivesse conhecimento de algum, informasse o Executivo para que, dentro das suas competências, rapidamente pudesse resolver o problema. Informou ainda que, a intervenção prevista para o mercado vai ser feita com alguma brevidade, com a ajuda do novo quadro comunitário de apoio, dentro do PEDU, Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Cantanhede, cujas regras estão a ser definidas. Acrescentou que o maior problema da intervenção nos edifícios, que estão a ser monitorizados pelo Departamento de Obras Municipais, é a velhice dos mesmos e a desintegração que pode vir a existir ao longo do tempo no teto desses mesmos edifícios, o que não está acontecer. Relembrou ainda a intervenção feita, no ano passado na EB 2,3 de Cantanhede, no período de verão, quando o Município de Cantanhede em parceria com o Ministério da Educação fez a remoção do amianto, tendo existido um pequeno problema pelo desajuste na articulação entre o empreiteiro

e o conhecimento que devia ter sido dado naquele momento dentro da escola mas que foi resolvido. Falou ainda no projeto existente para o mercado, que será integrado com a parte de trás da feira quinzenal onde se localiza o sector da Educação no âmbito da Expofacic, transformando o edifício numa única nave de 70 metros. Relativamente ao edifício existente informou ainda que, o mesmo não apresenta sinais de qualquer risco, e espera que, o mais rapidamente possível, com a abertura do novo quadro comunitário de apoio se possa fazer uma intervenção de fundo e, praticamente, substituí-lo por um edifício novo, aproveitando-se as paredes e removendo-se o teto;

- Em relação à questão do ranking do Município ter descido oito lugares nas pesquisas da procura online que cada município regista, informou que foi analisado o modo como o mesmo foi efetuado e foi verificado que foi feito por um conjunto de empresas que utiliza um conjunto de indicadores. Assim, esclareceu ainda que, nesse ranking, foram analisados 51 milhões de pesquisas através do estudo, em cinco línguas, de 26 principais termos de pesquisa, como por exemplo compras, alojamentos e praia. A essa pesquisa junta-se o desempenho de cada Município na internet, quer no seu site institucional, quer nas redes sociais. Assim, considerou não ser motivo para alarmismo;

- Relativamente à questão turística e às vias de circulação rodoviárias, informou que o Executivo tem perfeita consciência que as vias de comunicação são importantíssimas para as pessoas, quando se deslocam no concelho e no acesso a estes pontos turísticos e, nomeadamente, às praias. Acrescentou, ser também um assunto recorrente na Assembleia e recordou quais foram as prioridades definidas no mandato anterior, nomeadamente, o saneamento no concelho que aumentou de 54% para 95% e representou um esforço gigantesco com 14 empreitadas, quase em simultâneo. Afirmou que, no futuro, haverá uma fase onde se procurará, de alguma forma, voltar a colocar o tapete com a qualidade exigida, mas no momento, devem ser

definidas prioridades, porque para fazer novamente a requalificação daquelas vias vão se gastar milhões de euros e não há financiamento comunitário para este item. Assim, os serviços da Câmara irão responder, de alguma forma, aos casos que são mais urgentes, aqueles em que é preciso fazer uma intervenção. No caso concreto da Praia da Tocha, recordou que houve intervenção no saneamento, sendo necessário deixar assentar, por algum tempo, o pavimento. Relembrou ainda que, a prioridade, no momento, é o Centro Educativo de Cantanhede, que tem fundos comunitários disponíveis e onde se tiveram que alocar capitais próprios para aproveitar a oportunidade de continuar a fazer a obra; - Relativamente à questão do foral e outras questões que têm a ver com manutenção e preservação dos livros, prometeu obter uma análise para poder fazer o ponto da situação, sendo certo que, quer seja o Foral, quer outro qualquer livro devam ser preservados, com todo o cuidado que devam merecer; - Relativamente à questão das 35 horas de trabalho, após dar uma breve explicação sobre o tema solicitou que fosse a Sr.ª Vice-Presidente, Dr.ª Helena Teodósio a expô-lo de forma mais completa.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente, Dr.ª Helena Teodósio, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão acrescentou, relativamente ao Ranking, foi contactada a empresa que fez o estudo, a Blue Consulting, a qual está disponível para reunir com a Câmara e informou que a aquisição do relatório tem o custo de 12.900,00 €. - Relativamente ao processo das 35 horas informou que a Lei está em vigor e que, conforme parecer da CCDRC, a atitude da Câmara é a correta. Informou que há Câmaras do PSD e do PS que estão a utilizar as 40 horas porque sabem que, enquanto não for alterada a lei, devem ser cumpridas as 40 horas. Recordou que, quando a Lei saiu, a Câmara de Cantanhede ganhou a providência cautelar colocada porque consultou os seus funcionários sobre o tipo de horário que

pretendiam fazer. Daquela consulta resultou que os funcionários que estão na brigada das obras optaram por começar a trabalhar às 8.00h, os que estão ao público e nos serviços administrativos optaram pelas 8.30h e os funcionários da Biblioteca optaram pelas 9.00h, terminando, respetivamente, às 17.00h, 17.30h ou 18.00h, sendo esses os horários implementados pelo Executivo. Considerando que as 35 horas deveriam novamente voltar a ser colocadas, houve uma conversa com todos os funcionários e cada Serviço elegeu dois responsáveis para analisar o assunto. Foram feitas reuniões supervisionadas pelo Dr. José Negrão, nas quais foram esclarecidas e revisitas todas as hipóteses. Havia Serviços da Câmara que entendiam que deveria haver Banco de Horas e Adaptabilidade, outros consideraram que não e, após votação, conclui-se que a Câmara deveria unicamente apresentar uma proposta de Acordo, exclusivamente com as 35 horas, apesar de terem sido alertados que um Acordo Coletivo de Trabalho única e exclusivamente com as 35 horas nunca iria ser aceite. Recordou, de seguida que, o primeiro Acordo de Trabalho assinado no país foi com a Câmara de Sintra, uma Câmara do PS, e o SINTAP, o qual incluía o banco de horas e a adaptabilidade. O STAL, com o qual o Executivo já falou várias vezes, não aceita o Banco de Horas e é evidente que uns funcionários estão afetos a um sindicato, outros estão afetos a outro, o poderá causar problemas. Informou ainda que a Câmara da Figueira também irá assinar com o SINTAP, podendo levar a que os funcionários associados à outra estrutura sindical tenham de fazer outro tipo de horário, o que não será o mais correto. Informou também que, no momento, algumas Câmaras estão a fazer as 35 horas e devem estar conscientes dos problemas que podem trazer aos membros do Executivo por estarem a assumir uma posição que é, neste momento ilegal, porque a Lei que está em vigor é de 40 horas. Pessoalmente, considera que todos devem ter o mesmo horário e afirmou que o Executivo continua a estar recetivo para fazer o tipo de

Acordo Coletivo que os funcionários entendam fazer. Finalizou sua intervenção informando que, quase todos os Serviços que têm serviço externo, concretamente a área da Cultura ou do Desporto, já têm implementada a lógica do Banco de Horas, podendo receber horas extraordinárias ou gozar em tempo, conforme necessitar. Voltou a afirmar que a Câmara continua a estar recetiva para renegociar e ir ao encontro da necessidade dos trabalhadores porque, desde o início, gostaria de enveredar pelas 35 horas.-----

----- De seguida foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Cordinhã, Sr. Abílio Cadima, o qual após cumprimentar todos os presentes, manifestou o seu repugno com a atitude de um deputado da bancada do PS que, na última Assembleia, após pedir explicações ao Executivo sobre qual o critério de atribuição de subsídios aos eventos das Juntas de Freguesia, abandonou a sala cerca de 30 minutos, deixando o assunto em discussão e quando regressou ainda queria intervir o que considera uma atitude lamentável e uma falta de respeito para com toda a Assembleia e muito mais com os colegas da sua bancada. De seguida recordou a Feira do Vinho da Freguesia de Cordinhã e informou que a mesma já tem, quer a nível local, quer regional, uma dimensão enorme e teve este ano um sucesso extraordinário. Recordou que o seu objetivo é divulgar todos os produtos da terra aos visitantes, com a intenção de ajudar as associações da freguesia, pois são elas que tiram o proveito na exploração das tasquinhas que lhe são atribuídas. Informou ainda que a Feira do Vinho valorizou o produto agrícola mais importante para a Freguesia, o vinho e estimulou a sua produção, contribuindo para, pela sua qualidade, afirmar os vinhos de Cordinhã na região demarcada da Bairrada. Finalizou agradecendo a todos os que visitaram e estiveram presentes na Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã.-----

----- Interveio o Sr. Manuel Teixeira, o qual, após cumprimentar todos os presentes, congratulou-se pelo esforço que a Câmara e a Junta de Freguesia de Ançã fizeram para a aquisição do terreno necessário para o alargamento do cemitério de Ançã. De seguida mostrou o seu desagrado por não ter sido convidado, enquanto Membro da Assembleia e residente na freguesia, para a cerimónia da assinatura da aquisição do referido terreno, bem como para a cerimónia de entrega de subsídios às coletividades pela Junta de Freguesia de Ançã, na qual esteve presente o Membro da Assembleia Municipal Sr. João Paulo Vagos.-----

----- Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou que, se tratou de uma cerimónia muito simples, tendo sido apenas convidados os elementos da Assembleia de Freguesia de Ançã e o Executivo Camarário. No que diz respeito à atribuição dos subsídios, afirmou que ninguém foi convidado e que a presença do Sr. João Paulo Vagos deveu-se apenas ao facto de ser um dos coordenadores que apoiam, no momento, a Junta de Freguesia de Ançã, não tendo estado presente na qualidade de Membro da Assembleia Municipal.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Dr. Luís Pato, subescrevendo as críticas que a bancada do PS tem feito à pouca presença da Câmara Municipal de Cantanhede nas redes sociais e na própria internet. De seguida, mostrou o seu contentamento pelo facto do Município se preocupar pela preservação dos documentos e relativamente à questão das placas de amianto, demonstrou ser conhecedor que o maior perigo existe quando estão a ser retiradas, mas que não se devem esquecer a questão das intempéries, sobretudo nos momentos em que há muito vento, pois pode-se tornar perigoso para as pessoas nessas alturas. Quanto ao reparo do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã, Sr. Abílio Cadima, recordou que, apenas saiu da sala quando o ponto

em análise foi encerrado. Soube, no entanto que, no ponto seguinte ter-lhe-ão respondido mas como não estava presente, não pode fazer nada, tendo solicitado a palavra quando regressou, que não lhe foi dada.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual, voltando à questão da reposição das 35 horas semanais, referiu que, de facto, aquele aumento do horário laboral é uma medida inútil, injusta, que em nada contribui para a qualidade laboral dos trabalhadores da Câmara Municipal, trazendo mesmo claros prejuízos aos mesmos. Recordou ainda que a Câmara de Sintra chegou a um acordo com a Secretaria de Estado, não o tendo feito apenas com os sindicatos como muitas Câmaras no País já o fizeram. Considera que, essas Câmara, apesar do receio de serem penalizadas no futuro, estão ao lado dos seus trabalhadores e assumem o risco em defesa dos interesses dos seus trabalhadores. Assim, afirmou que o PS, e em qualquer circunstância, está e estará ao lado dos trabalhadores da Câmara Municipal, na defesa das 35 horas semanais porque, de facto, o horário de 40 horas é propício a claros prejuízos pessoais e financeiros aos trabalhadores que estão a trabalhar mais horas que não são pagas. De seguida, lamentou a ausência de um lugar nas cerimónias da inauguração dos Combatentes, nos Covões, para a Vereadora Dr.^a Cristina de Jesus que, quando chegou ao local, dirigiu-se para o espaço reservado para as entidades públicas, onde lhe foi vedado o acesso, por já não haver lugar. Acrescentou que ela, educadamente, se retirou tendo comunicado de imediato ao Senhor Vereador Dr. Carlos Ordens, que se estava a dirigir para o mesmo local, que já não havia lugar.-----

----- Voltou a falar o Sr. Manuel Teixeira, em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, informando que também estiveram presentes o Sr. Vereador Dr. Carlos Ordens e o líder da concelhia do PS. Em relação à questão

da intervenção, na última Assembleia do Dr. Luis Pato, informou subscrever inteiramente as palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã, Sr. Abílio Cadima e reconheceu que exagerou naquele momento devido ao cansaço que já se fazia sentir pela duração da sessão.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes lembrou que o período de antes da Ordem do Dia está quase a terminar, não podendo continuar indefinidamente a dar direitos de resposta, que acabam por não os ser, uma vez que aquela figura existe quando há uma ofensa à honra ou à dignidade dos Membros da Assembleia, o que não é o caso. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, voltando a repetir que apenas foram convidados os elementos da Assembleia de Freguesia e o Executivo da Câmara Municipal de Cantanhede, mas como a porta estava aberta e era uma cerimónia aberta a toda a gente, apareceu quem entendeu por bem aparecer.-----

----- Interveio, de seguida o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, informando que, tanto ele como o Executivo subscrevem a forma como o Sr. Abel Carapeto se referiu à posição do Partido Socialista e das 35 horas. Referiu ainda que a Sr.ª Vice-Presidente, Dr.ª Helena Teodósio, que detêm o pelouro dos Recursos Humanos, já falou várias vezes com os sindicatos e com os trabalhadores da Câmara sobre o assunto. De seguida, discursou sobre a evolução dos horários de trabalho existentes no país, quer sejam da Função Pública, quer sejam no privado, bem como sobre as regalias de uns e outros, concluindo que, na sua opinião pessoal, cada português que nasce é filho da mesma terra e da mesma mãe, pelo que todos deveriam ter o mesmo horário de trabalho e as mesmas regalias. Acrescentou que discutir aqueles assuntos poderia durar horas, dias ou semanas e que todos sabem que há pessoas que

trabalham mais em 5 horas do que outras, sentadas à secretária 40 horas numa semana, por isso é que existem as chefias e as avaliações com mérito, para que os funcionários possam ser distinguidos. Referiu ainda que, o Município de Cantanhede foi dos primeiros no País, de forma voluntária, a implementar o SIADAP com o seu pessoal, que infelizmente está bloqueado e congelado. Assim, o Município não pode contratar pessoas, nem premiar o mérito, nem diferenciar em termos salariais quem trabalha mais. No entanto, numa empresa privada o trabalhador que possivelmente faz um bom trabalho no final do ano tem um prémio, decidido pela entidade patronal. Assim, voltou a referir que, o Executivo subscreve totalmente a posição do Partido Socialista, mas não pode ir contra a lei.-----

----- Finalmente interveio a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, esclarecendo que, na comemoração da Liga dos Combatentes, à semelhança do que aconteceu em Ançã, foram apenas convidados os membros do Executivo. Informou ainda que, quando viu chegar a Sr.ª Vereadora Dr.ª Cristina de Jesus, solicitou ao Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso que a chamasse para junto deles. Não a vendo, este ligou-lhe e a mesma informou que se tinha dirigido ao representante da Liga, informado que era Vereadora e aquele ter-lhe-á dito que os lugares cujas presenças tinham sido confirmadas já estavam preenchidos.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da Moção “Em Defesa da Água Pública”»:**-----

----- O Sr. Prof. Abel Carapêto procedeu à leitura da Moção em causa, do seguinte teor: **“Em Defesa da Água Pública - A água é um elemento essencial à vida, e, mais especificamente, à vida humana, manifestando-se a sua importância na composição do corpo humano, na saúde pública, na qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades e no equilíbrio do nosso planeta. Os sistemas de abastecimento de água e de saneamento, dos mais rudimentares aos mais desenvolvidos, são, historicamente, fruto do esforço, investimento e inteligência das populações e, mesmo os atuais, são o resultado de anos, centenas e mesmo milhares de anos, de esforço contínuo de construção e aperfeiçoamento. Logo, constituem um património, um conjunto de valores intrínsecos, materiais e imateriais, que não são passíveis de contabilização. Os sistemas de abastecimento de água e de saneamento em Portugal conheceram um decisivo avanço com as condições políticas e sociais proporcionadas pela Revolução de Abril e foram decisivamente impulsionados pelas populações que os construíram elas próprias com as suas mãos e organização, que participaram na sua construção e que os reivindicaram dos poderes locais e centrais; pelo poder local democrático saído da revolução e consagrado na Constituição da República Portuguesa aprovada a 2 de Abril de 1976 e pelo Estado, com dinheiros públicos, quer promovendo a construção de grandes infraestruturas fundamentais ao seu desenvolvimento, como as barragens, quer através da constituição de um instrumento de intervenção em cooperação com o poder local, a empresa pública Águas de Portugal. Considerando as ameaças que pairam sobre o sector da água, saneamento e resíduos sólidos e que têm sido materializadas em declarações públicas de responsáveis governamentais, desde logo pelo Primeiro-Ministro, afirmando, antes, a**

vontade de privatizar e, mais recentemente, a de privatizar, concessionando e, considerando, ainda, os anúncios de medidas legislativas que assumem o objetivo de retirar aos municípios as competências e autonomia nas áreas da água, do saneamento e dos resíduos sólidos. Considerando o exposto, a Assembleia Municipal de Cantanhede, por proposta dos deputados do Partido Socialista desta Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária a 25 de junho, delibera: 1 – Denunciar como um atentado aos interesses dos munícipes e ao poder local toda e qualquer medida tendente a promover a privatização destes sectores. 2 – Denunciar como um esbulho às populações e aos municípios todas as medidas tendentes a transferir para as mãos de privados, seja por que via for, os sistemas e serviços construídos com dinheiros públicos e o esforço de gerações. 3 – Manifestar a sua solidariedade com todos os que travam esta mesma batalha em defesa dos interesses nacionais e das populações. 4 – Reafirmar as posições reiteradamente assumidas de defesa da gestão pública da água, do saneamento e dos resíduos sólidos. 5 – Reafirmar o seu total empenhamento em defender e contribuir para o reforço do serviço público municipal de excelência. 6 – Por último, enviar a presente moção à Assembleia da República e a todos os Grupos Parlamentares.”-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual informou que foi analisado o teor da moção tendo concluído que: - O preâmbulo dos dois primeiros parágrafos tece considerações, sem dúvidas válidas mas simplesmente genéricas; - O terceiro parágrafo defende o setor público e faz claramente a defesa da empresa Águas de Portugal; - O quarto parágrafo entra no cerne da questão, afirmando que há intenção de transferir para o domínio privado a gestão da água, do saneamento e dos resíduos sólidos; De seguida citou os pontos 1 e 2 da Moção e colocou a seguinte questão: Se as Águas de Portugal ou os privados ressarcirem os Municípios dos

custos de investimento efetuados para tomar posse dos equipamentos dos serviços onde fica o esbulho? Acrescentou que, no momento, não se sabe se há cláusulas e contra-partidas de uma operação daquela envergadura. Por outro lado, referiu que todos sabem que, na maioria dos Municípios, as receitas cobradas são inferiores ao custo da implementação e da exploração. Procedeu ainda à citação dos pontos 3, 4 e 5 da referida Moção e informou que, a bancada do PSD pretende que fique claro que sempre estiveram, estão e estarão solidários e intransigentes na defesa dos interesses da população do Concelho, no apoio claro e inequívoco à clarividência demonstrada pela Câmara Municipal, bem patente em processos como os serviços de saúde, o Tribunal ou o Hospital de Cantanhede, ainda que, para tal seja necessário divergir do poder central. De seguida, recordou que: - em 2003 o Executivo Camarário deliberou no sentido de recusar a adesão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento a cargo da INOVA ao sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Baixo-Mondego, rejeitando um importante encaixe financeiro e defendendo os Municípios já que a integração obrigaria ao aumento das tarifas num agravamento social inaceitável. - 95% do território do Município tem saneamento; - A água do Concelho tem um preço acessível; - Existe uma empresa municipal, a INOVA que tem desempenhos de excelência e é autossustentável financeiramente. Afirmou ainda que, ao longo de décadas, ninguém teve maior preocupação com a gestão municipal da água, do saneamento e dos resíduos sólidos do que os Executivos da Câmara Municipal de Cantanhede, assim, se a bancada do PSD subscrevesse estas realidades, como poderia votar favoravelmente o ponto n.º 5 da moção que propõe *“Reafirmar o seu total empenhamento em defender e contribuir para o reforço do serviço público municipal de excelência”*. Assim, questionou sobre qual o tipo de reforço a que se referiam, uma vez que o Município já tem um serviço público

municipal de excelência. Questionou ainda se a bancada do PS considera que a INOVA não é competente, preferindo assim, ver no seu lugar a Empresa Águas de Portugal. Concluiu, reafirmando que a bancada do PSD estará sempre disponível para defender posições concertadas com a bancada do PS, quer através de moções ou recomendações ou outras que se mostrem relevantes para a defesa intransigente do Concelho e tendo por objetivos a promoção e a defesa de um Concelho cada vez mais solidário, mais evoluído, mais limpo e seguro onde a cada ano e mandato cumprido cresce vontade de trabalhar e viver em Cantanhede. Por outro lado, não estará disponível para intrigas políticas e abstratas e muito menos para incumprimentos de responsabilidades assumidas, como com o recente abandono da comissão para o processo da defesa do Hospital por parte da Bancada do PS.-----

----- Tomou de novo, a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual, agradeceu ao Sr. Manuel Augusto a clarividência das suas palavras relativamente ao bem e às atribuições que a Câmara tem feito pelo Concelho e afirmou não ter percebido se a bancada do PSD é a favor ou é contra a referida moção. De seguida, referiu que, em lado nenhum da Moção consta qualquer crítica à Câmara Municipal e que, no ponto 5, ao referir “reafirmar”, demonstra o empenhamento dos membros do PS e a todos os que se queiram associar, reafirmando o empenhamento em defender e contribuir para o reforço do serviço público municipal de excelência. Acrescentou que, o reforço por si só, já significa que a Câmara presta um serviço de qualidade, mas de excelência é subjetivo, porque ainda há pouco tempo o Sr. Presidente da Câmara disse que os trabalhos estão inacabados, logo não há trabalhos de excelência, há sim trabalhos bem feitos ou mal feitos. Finalmente referiu que a bancada do PS está aberta e suscetível a fazer alterações, para que a moção seja comum a todos os elementos da Assembleia, sendo certo que, não percebeu se estavam todos a favor da manutenção

da água e dos serviços de saneamento na esfera pública ou se estavam contra, ficando a aguardar por uma resposta.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, informando que teve o cuidado de procurar alguns documentos no arquivo sobre a posição que a Câmara Municipal, já no tempo do Dr. Jorge Catarino, enquanto Presidente da Câmara, e no primeiro momento em que as Águas de Portugal sondaram o Município de Cantanhede aquando da sua constituição como sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Baixo-Mondego Bairrada. Recordou que o processo começou em Abril de 2003, quando a Câmara foi contactada, depois seguiu para a INOVA para discussão. Houveram reuniões de Câmara onde o assunto foi discutido, nomeadamente, em 18 de Novembro de 2003, em que se remetia para um momento posterior à deliberação sobre a matéria e no fundo a adesão do Município de Cantanhede ao sistema multimunicipal que se estava a constituir. Em 25 de Novembro foi solicitado formalmente à INOVA a apresentação de esclarecimentos relativos às contas provisionais da exploração, estudo esse que fez com que a Câmara, na sua reunião de 2 de Dezembro de 2003, decidisse, por unanimidade, pela não adesão ao referido sistema multimunicipal.-----

----- Falou de novo o Sr. Manuel Augusto dos Santos, voltando a dizer que a bancada do PSD estará sempre disponível para defender posições concertadas com a bancada do PS, mas, no caso e tendo em conta a redação da referida Moção, a intenção é chumbar a proposta. Sugeriu, de seguida, que, se a bancada do PS assim o entender poderia pedir à Mesa para retirar o assunto do ponto de trabalhos, sendo que a bancada do PSD está disponível para, mantendo a posição que sempre foi defendida pela Câmara, pelo Conselho e por todos os elementos da Assembleia, de que o setor

deve ficar na posse e sob administração da Câmara Municipal e da INOVA, elaborar uma nova proposta de moção que poderia vir a uma nova Assembleia. -----

----- Respondeu o Sr. Prof. Abel Carapêto que não se trata de uma questão de escolhas, mas de opções, sendo a da bancada do PS, claramente, em defesa da água pública.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Dr. Calos Pessoa, o qual, após cumprimentar os presentes na sessão, considerou ser importante estabelecer uma ponte de diálogo e recordou também o trabalho feito pelo Executivo sobre o assunto em 2003, altura em que também fazia parte da Assembleia Municipal. Concluiu que, desde 2003 o Município de Cantanhede defende que a água se deve manter na esfera do Município, devendo continuar da mesma forma.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Manuel Teixeira, referindo que é evidente que estão todos contra a privatização das águas públicas, pois é um bem que se tem de preservar. De seguida questionou a bancada do PS sobre a existência de ameaças ao setor da água, do saneamento e dos resíduos sólidos para Cantanhede, pois no seu entender a moção em causa não visa apenas o Concelho mas todo o território nacional.-----

----- O Sr. Prof. Abel Carapêto esclareceu que, em conformidade com as informações obtidas, no imediato, não há qualquer ameaça a questão das águas no concelho de Cantanhede. No entanto, considera que é por uma questão sobre a qual a Assembleia Municipal deve tomar uma posição, por questão de prevenção, pois é um assunto que está em cima da mesa, em muitas regiões do País e em muitas Câmaras, sendo que nunca é demais afirmar esta posição em defesa da água na esfera pública.-----

----- Interveio, de novo, o Sr. Dr. Carlos Pessoa, recordando que essa posição é defendida pelo Município desde 2003. De seguida, afirmando que a bancada do PSD não pode apoiar uma moção que pode dar a entender que, amanhã, o Município pode

estar com alguma ideia de querer privatizar, sugeriu que se suspendesse a sessão, por dez minutos, para que pudessem chegar a algum acordo quanto à redação da referida moção.-----

----- Respondeu o Sr. Prof. Abel Carapêto que a bancada do PS está disponível para negociar com os membros da bancada do PSD a alteração a dois ou três pontos, mantendo-se o essencial. Acrescentou ser um assunto sério que deve ser tratado com seriedade, e que se for necessário acrescentar que a Câmara Municipal tem vindo a defendê-la desde 2003, poderá reforçar-se o ponto 5 nesse sentido.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, declarou suspensa a sessão por 5 minutos para que as duas bancadas pudessem chegar a um entendimento.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes, afirmou que, após uma pesquisa no site www.aguasparatodos.com, verificou que a moção apresentada não é inédita, uma vez que os seus pontos 2,3,4 e 5 coincidem precisamente com uma proposta apresentada pela Câmara Municipal de Almada em 9 de Maio de 2012. De seguida, considerou que se deveria acrescentar um texto original e que corresponda essencialmente à opinião tida acerca da privatização das águas para o concelho de Cantanhede.-----

----- Foi, de novo, dada a palavra ao Sr. Prof, Abel Carapêto, o qual, informou que a bancada do PS chegou a um entendimento com a bancada do PSD. Assim, em comum acordo, sugeriram a introdução do ponto 6 com a seguinte redação:
“Reconhecer e apoiar a posição da Câmara Municipal de Cantanhede que tem vindo a defender desde 2003, a manutenção no município, através da INOVA, a gestão pública municipal da água, do saneamento e dos resíduos sólidos.”-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual discursou sobre os sistemas multimunicipais existentes no país, dando exemplos de algumas câmara que privatizaram as águas e de alguns sistemas privados. Afirmou, de seguida, defender que sendo a água um bem essencial, tal como é a energia e a luz, o sistema deveria ser igual para todos. Acrescentou que as posições assumidas por outros Municípios foram decisões políticas tomadas pelos Executivos e pelas Assembleias Municipais que, à época, entenderam que deviam integrar um sistema multimunicipal, possivelmente com a arrecadação de uma receita substancial para os cofres daqueles municípios. Referiu ainda que, é necessário distinguir a política que foi seguida por aqueles municípios e a política do atual Governo e falou sobre a providência cautelar interposta contra o Estado pela Câmara de Coimbra, juntamente com a Câmara de Góis e outras duas Câmaras. Falou ainda sobre o preço da água em municípios do litoral e do interior e das tentativas de os uniformizar, sendo certo que os custos de levar água ou saneamento básico na Figueira da Foz a um prédio que tem 20 andares suponhamos, é muito diferente do que os levar a Arganil ou à Pampilhosa da Serra onde há aglomerados habitacionais de 4, 5 ou 6 casas numa povoação, para a qual é preciso quilómetros e quilómetros de infraestruturas. Assim, considerou que são matérias demasiado importantes e que a decisão tomada em 2003 pelo Município de Cantanhede se mantêm, pois têm o sistema bem organizado, com valores de cobranças de taxas inferiores à média da CIM-Região de Coimbra. Acrescentou que, se um dia o Município for obrigado a fazer essa integração por força da Lei, estará em condições de poder demonstrar como é que se faz uma boa gestão e ainda como tem ganhos com isso. Finalmente, considerou que o assunto em si, apenas servirá de aproveitamento político nas próximas eleições para a bancada do PS, quando existem problemas maiores que este, e que a moção apresentada reflète

uma posição que já é conhecida de há tantos anos e que foi sempre defendida publicamente.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, o qual, declarou que se irá abster na votação, pois acredita que a Moção apresentada é uma cópia fiel da Moção apresentada pela Câmara Municipal de Almada e que, também acredita que a Assembleia tem capacidade para redigir uma moção que transmita o que defende.-----

----- Finalmente, interveio o Sr. Manuel Teixeira, afirmando que está na Assembleia para defender os interesses de Cantanhede e uma vez que a questão não se coloca no concelho de Cantanhede, considerou tratar-se de um documento político que não traz qualquer benefício para o concelho.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocada a votação **a Moção “Em Defesa da Água Pública”**», com a introdução do ponto 6 *“Reconhecer e apoiar a posição da Câmara Municipal de Cantanhede que tem vindo a defender desde 2003, a manutenção no município, através da INOVA, a gestão pública municipal da água, do saneamento e dos resíduos sólidos”*, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 7 votos a favor, 21 abstenções e 1 voto contra.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2015»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu de novo, a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que esta alteração decorre do cumprimento da lei que, em 2015, a Câmara de Cantanhede já pode e tem condições para abrir lugares para o quadro, ou seja postos de trabalho a tempo indeterminado. Recordou, de seguida que, decorrente de muitas aposentações sobretudo na área do Departamento de Obras Municipais, as equipas

ficaram bastante fragilizadas, tendo-se recorrido a muitas prestações de serviço e sobretudo a contratos de Emprego-Inserção em parceria com o IEFP. Esclareceu ainda que, no momento, o mapa de pessoal conjuga duas situações: - A necessidade para qual se propõe a abertura de cinco lugares, nomeadamente, um carpinteiro, um condutor de máquinas e veículos especiais, um auxiliar de serviços gerais para o cemitério e dois auxiliares administrativos; - A necessidade de colocar assistentes operacionais nos jardins de Infância, daí os 12 lugares na área da Educação - Ação Educativa; - Foi ainda colocado um lugar de encarregado de Pessoal Operário e um Fiscal Municipal de 1ª classe. Informou ainda que, foram retirados daquele quadro onze contratos a termo que já terminaram e foram acertados os lugares dos trabalhadores que foram para a aposentação, tendo concluído que, no cômputo geral o número de postos de trabalho fica igual, ou seja, 214 postos de trabalho ocupados a termo indeterminado, mais os propostos para recrutamento, o que perfazem 233 lugares, ainda menos do que os 238 lugares que existiam. Informou ainda que, se aproveitou também para fazer o acerto relativamente às Comissões de Serviço, que entretanto foram cessando. Relativamente à questão da valorização dos funcionários e a impossibilidade de proceder à reclassificação por ser é uma figura que deixou de existir, informou que já houve a possibilidade de abrir dois concursos, que fizeram com que dois funcionários, que já desempenhavam aquelas funções e que entretanto tinham tido uma melhoria nas habilitações académicas, passassem de Assistente Operacional para Assistente Técnico e de Assistente Técnico para Técnico Superior. Esclareceu que foi utilizado o mecanismo da mobilidade intercarreiras, previsto por Lei que, apesar de ter uma durabilidade de dezoito meses, sempre é um benéfico para o funcionário, pois valoriza o currículo do mesmo. Esclareceu ainda que, conforme já referiu várias vezes, não é porque um funcionário adquire habilitações académicas

que vai mudar de categoria, mas sim porque são indicados pelas chefias diretas, devido ao seu desempenho. Referiu também que, recentemente foi comunicado a alguns funcionários que seriam colocados em mobilidade intercarreiras, uma vez que já adquiriram as habilitações necessárias e que já faziam trabalho correspondente.---

----- Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Luis Pato, o qual recordou que, já por diversas vezes a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, afirmou que “não é pelo facto de um funcionário ter uma licenciatura que deve passar a técnico superior mas sim se desempenhar funções de acordo com as suas habilitações”. De seguida, recordou que o art.º 49.º, do anexo 2, da Lei n.º 12/A de 2008, respeitante à vinculação de carreiras e renumerações, fala do conteúdo funcional da carreira de técnica superior, onde diz que, para além da licenciatura, que é catalisador para a transição de carreira, há toda uma outra serie de funções que são as funções consultivas de planeamento e de avaliação, aplicação de métodos e processos científicos que fundamentem decisões posteriores, elaboração de projetos e pareceres em áreas instrumentais, funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade e enquadrado por diretivas, representação do órgão em assuntos da sua especialidade que sejam enquadradas de diretivas vindas de orientações superiores. Finalmente, questionou se todas estas funções também eram tido em conta, para além da licenciatura.-----

----- Respondeu a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio que, considera exatamente que são as funções que devem realmente valorizar aquela situação. Acrescentou que, quando se refere à questão das habilitações é realmente no sentido de que as mesmas não bastam, os funcionários têm que ter já um desempenho adequado à função para a qual é proposto e que é confirmada pelas chefias diretas. Recordou ainda que, a Câmara de Cantanhede nunca deixou de dar

a possibilidade a qualquer funcionário de ter o direito a ser trabalhador/estudante, o que poderia efetivamente ser negado, como acontece em outras câmaras. Acrescentou que se aposta e se incentiva a formação dos funcionários, apesar das dificuldades que o País e a função pública têm atravessado, e que estão sempre atentos a qualquer possibilidade dos funcionários se poderem valorizar profissionalmente, seja com a abertura de concurso, seja através da mobilidade, criando mais motivação e mais interesse para os mesmos.-----

----- Interveio, de novo, o Sr. Dr. Luis Pato, demonstrando o seu contentamento na resposta dada e na preocupação demonstrada e afirmou que, o desejo de todos os membros da Bancada do Partido Socialista é de que todos os licenciados da Câmara Municipal de Cantanhede estivessem integrados na carreira de Técnico Superior. De seguida, solicitou esclarecimentos, sobre os dois concursos que a Câmara já levou a cabo, para Técnico Superior e Assistente Técnico, uma vez que apenas referiu que um dos funcionários em causa tinha concluído a sua licenciatura.-----

----- Respondeu, finalmente, a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, que a habilitação académica é uma das condições legais obrigatórias, conjugado com todo o resto, nomeadamente, as funções exercidas e o desempenho demonstrado, o que é fundamental e imprescindível.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2015»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Após a votação o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que os assuntos do ponto 4 ao ponto 10 são relacionado com isenção de taxas ou atribuições de subsídios às freguesias exceto o ponto 8 que é apenas para

conhecimento. Assim, solicitou que fossem analisados em conjunto os pontos 4 a 10, sendo votados, de seguida, individualmente.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a Vice-Presidente, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que: - O ponto 4 refere-se a uma isenção de pagamento de taxas à União das Freguesias de Covões e Camarneira, relativas ao evento “Romaria a Cavalo” realizado nos dias 16 e 17 de Maio, no corrente ano, no Largo Santo Amaro, no Picoto no valor de 47.41€; - O ponto 5 refere-se a uma licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado, musica ao vivo e licença de ruído para a freguesia de Cadima relativas à XII Feira do Tremoço realizada a 29, 30 e 31 de Maio, no corrente ano, no valor de 90.17€; - O ponto 6 refere-se à freguesia de Cordinhã, pela realização da XIII Feira do Vinho e da Gastronomia, isenção de taxas pelo licenciamento de espetáculos de divertimentos públicos e licença especial de Ruído, no valor de 107.25€; - O ponto 7, isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã pela cedência do Complexo Desportivo de Cantanhede e Piscinas Municipais para a realização das Férias Ativas, no valor de 328,36 €; - O Ponto 9, para a aquisição de uma varredoura, a atribuição de um subsídio à freguesia da Cordinhã no valor de 1.500,00€; - O ponto 10, à atribuição de subsídio à União das freguesias de Cantanhede e Pocariça, no valor de 1.000,00 € para a realização da sua semana cultural; Finalmente esclareceu, relativamente ao ponto 8, que a Assembleia Municipal em 17 de Dezembro do ano passado, sobre proposta da Câmara deliberou aprovar a metodologia da concessão de isenção de taxas municipais, devendo as mesmas serem comunicadas à Assembleia nas sessões de Junho e Dezembro. Assim, comunica-se à Assembleia que, no período que vai de 1 de Janeiro de 2015 a 2 de Junho de 2015, a isenção de taxas municipais atingiu o valor de 10.057,40 € e tem essencialmente a ver com cedências de instalações, taxas urbanísticas, isenções às Juntas de Freguesias, Associações

Desportivas, Associações Culturais, Sociais, Escolas, Serviços de Saúde, umas do concelho, outras de fora do concelho. -----

----- **Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Covões e Camarneira pela emissão de Licença de Espetáculos e Licença Especial de Ruído / Romaria a Cavallo»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Covões e Camarneira pela emissão de Licença de Espetáculos e Licença Especial de Ruído / Romaria a Cavallo»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima pela emissão de Licença de Espetáculos e Licença Especial de Ruído / XII Feira do Tremoço»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima pela emissão de Licença de Espetáculos e Licença Especial de Ruído / XII Feira do Tremoço»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã pela emissão de Licença de Espetáculos e Licença Especial de Ruído / XIII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à**

Freguesia de Cordinhã pela emissão de Licença de Espetáculos e Licença Especial de Ruído / XIII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã pela cedência do Complexo Desportivo de Cantanhede e Piscinas Municipais / Férias Ativas»:----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã pela cedência do Complexo Desportivo de Cantanhede e Piscinas Municipais / Férias Ativas», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 8 - «Concessão de isenções de taxas municipais / Relação semestral / Para conhecimento»:-----

----- Não havendo qualquer pedido de esclarecimento, a Assembleia tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Aquisição de varredoura»:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Aquisição de varredoura», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / Semana Cultural»:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Semana Cultural»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 24 votos a favor e 5 abstenções.-----

----- Após as votações, o Sr. Dr. Luís Pato apresentou à Mesa a seguinte declaração de voto, subscrita pelos elementos da Bancada do PS: *“A bancada do PS, na AM de Cantanhede, há muito tempo a esta parte solicitou à vereação da cultura a apresentação do Regulamento onde estejam plasmados de uma forma objetiva os critérios para a atribuição de subsídios pontuais a eventos culturais. Como é apanágio, jamais a bancada do PS estará contra a realização de eventos de natureza cultural, desportiva ou recreativa, como já foi insinuado, de uma antropofágica em termos de interesses políticos muito pessoais, tanto pelo vereador como por outros elementos do executivo vigente. Interessa é passar uma certa mensagem e não a verdadeira... O que está aqui em causa é a imperiosa necessidade de haver transparência num processo que nos afeta a todos enquanto cidadãos deste concelho. Até porque a cultura não tem dono, não é, nem pode jamais ser um ato de posse individual por possíveis interesses que não sejam os que são gizados pelo almejar do bem comum. Para além deste aspeto, acresce-se ainda o facto de na base deste pedido da bancada do PS estar uma das competências que decorre das recentes competências atribuídas à AM - a aprovação prévia, em sede de assembleia, de critérios para a atribuição de subsídios a iniciativas culturais. Ora, há aqui uma responsabilidade, não só da bancada do PS como das restantes bancadas onde se inclui o executivo, que não está a ser cumprida, com responsabilidade e rigor, devido à falta deste documento.”-----*

----- Por sua vez, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, apresentou à Mesa a seguinte declaração de voto, subscrita pelos elementos da Bancada do PSD: *“A bancada do PSD vota favoravelmente as atribuições de subsídios às Juntas de Freguesia trazidas a esta Assembleia Municipal porque: 1 - Há critérios, normas e procedimentos de apoio aos subsídios culturais e desportivos que estão explanados no site da Câmara; 2 - Porque segue o seu critério de sempre ter votado favoravelmente os apoios às Juntas, independentemente da sua cor política, do tipo de atividade ou da sua dimensão; 3 - Porque transparência e integridade é o que resulta do caráter público das atribuições de subsídios, conforme resulta da publicação das deliberações e atas e da sua publicidade pelos meios habituais de comunicação da Câmara.”* -----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta final do PDM e Avaliação Ambiental Estratégica»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que o Plano Diretor Municipal de Cantanhede entrou em vigor em 1994, tendo sofrido quatro alterações. Acrescentou que a revisão foi iniciada em 2008, tendo passado por diversas vicissitudes, alterações legais e imposições. De seguida enalteceu o trabalho, empenho e dedicação da equipa do Departamento de Urbanismo chefiada pelo seu Diretor Eng.^o Abreu, com a coordenação da Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, Dr.^a Isabel Matos e a colaboração do Dr. Paulo Marque, salientando também o trabalho da equipa externa que produziu aquela Revisão. Informou ainda que, aquela Revisão permitiu ouvir os Municípios, sejam eles particulares ou empresas, analisar as propostas das Juntas de Freguesias do Concelho e fazer as necessárias adaptações impostas por Lei. Afirmando, no entanto que, decerto não é o PDM ideal que vai ao encontro dos

anseios de toda a população, dos Técnicos ou do Executivo Municipal, é o resultado de muito trabalho e muita negociação com vinte e duas entidades parceiras coordenadas pela CCDRC. De seguida, afirmou considerar que se conseguiu validar propostas há muito ambicionadas, assim como alterações muito favoráveis ao desenvolvimento económico que, naturalmente, irão trazer melhorias substanciais na vida das pessoas do Concelho de Cantanhede e solicitou que o Diretor do Departamento de Urbanismo desenvolvesse o assunto.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, o qual após cumprimentar os presentes, começou por agradecer a todos os que contribuíram para a realização daquele trabalho, nomeadamente: - À equipa dinâmica e competente, liderada pela Dr.ª Sofia Pimentel da empresa Plio, a quem foi adjudicada a revisão do PDM; - À Dr.ª Isabel Matos, Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, que coordenou internamente os trabalhos, com o apoio permanente do Dr. Paulo Marques; - À Divisão de Gestão Urbanística pelas sugestões dadas no decorrer dos trabalhos; - Aos técnicos externos e munícipes que também as deram; - Às entidades que compuseram a Comissão de Acompanhamento da Revisão, que defenderam os seus pontos de vista com abertura e compreensão suficientes para que os trabalhos fossem levados a bom termo, destacando a CCDRC, como entidade coordenadora e pela colaboração permanente que deu à Câmara Municipal; - Aos Sr.s Presidentes das Juntas de Freguesia pelos contributos que foram dando ao longo do processo; - Ao Executivo pela orientação e apoio permanentes, nas pessoas do Sr. Presidente Dr. João Moura e da Sr.ª Vice-Presidente e Vereadora do Urbanismo Dr.ª Helena Teodósio. De seguida, afirmou que considera ter-se conseguido um bom PDM, que define orientações estratégicas para o território municipal que salvaguardam o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento sustentável do Município e destacou as

alterações que considera mais importantes e significativas relativamente ao PDM em vigor: - Em termos de zonamento e utilizando a classificação prevista na lei para efeitos de ocupação, uso e transformação apenas em duas categorias de solo: o solo rural com vocação agrícola, florestal, espaços naturais ou de lazer e o solo urbano com vocação para a urbanização e a edificação delimitados por perímetros urbanos, informou que o solo rural foi aumentado em cerca de 4.700 hectares, o que equivale a cerca de 14% de diferença, o solo urbano foi diminuído em 138 hectares, ou seja em cerca de 2,5%, a Reserva Agrícola Nacional diminuiu cerca de 76 hectares, o que corresponde a menos de 1% e a Reserva Ecológica Nacional diminuiu cerca de 1.763 hectares ou seja cerca de 7.5%. Destacou que foi feita uma revisão profunda da Reserva Agrícola e da Reserva Ecológica Nacional, tendo sido revisto o regime de integração e alteração das preexistências anteriores a 1994, ou seja, anteriores à entrada em vigor do PDM, e que estiveram até agora em vigor para os diferentes tipos de ocupação e uso do solo. Informou ainda que: - Foi reforçada a salvaguarda da segurança contra incêndios na implantação das edificações em solo rural; - Passará a ser de três hectares a dimensão mínima da parcela para a construção de uma habitação em espaço agrícola, desde que integrada num plano de exploração viável, o que traduz o facto indesmentível da maioria das habitações autorizadas em espaço agrícola não pertencerem a agricultores como era suposto acontecer; - Deixará de ser possível construir em espaço agrícola ou florestal uma nova habitação entre habitações existentes desde que afastadas entre si 150 metros como até agora acontecia; - Nos aglomerados rurais, deixam de ser permitidas as operações de loteamento e os destaques e seguem as regras definidas no RJUE, Regime Jurídico de Urbanização e Edificação para as áreas situadas fora dos aglomerados urbanos, ou seja, na parcela destacada é permitido o máximo de dois fogos e na parcela

sobranter é necessário observar a unidade mínima de cultura para o espaço agrícola;

- Ficou salvaguardada numa faixa de quinhentos metros relativamente ao espaço urbano a possibilidade de construir pequenas unidades, para a utilização de armazéns, oficinas, atividades industriais, o que vai permitir a fixação dos empreendedores nas terras, nos locais onde habitam; - Foram introduzidas alterações ao regime de edificabilidade nos espaços afetos às atividades industriais em solo rural e em espaços das zonas industriais do Concelho que permitiram ultrapassar algumas situações quando devidamente justificadas (altura dos edifícios industriais, afastamentos laterais à extrema, etc...). Referiu que todas aquelas alterações podem ser consultadas no Regulamento do PDM, que juntamente com a planta de ordenamento e a planta de condicionantes são os documentos fundamentais do Plano Diretor, o qual também contém os estudos de caracterização do território municipal, o relatório ambiental com os objetivos estratégicos e opções sobre o modelo de organização espacial e a respetiva fundamentação.-----

----- Tomou de seguida a palavra a Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Isabel Matos, a qual, após informar que o Plano Diretor Municipal entrou em vigor em 1994, tendo sofrido quatro revisões efetuadas nos anos de 1997, 2002, 2006 e 2013, descreveu de forma pormenorizada o desenvolvimento de todo o processo que levou ao Plano Diretor Municipal apresentado, para aprovação, na presente sessão. Após ter dado todas as explicações sobre o mesmo, alertou para a necessidade da alteração do seu art.º 16.º, conforme solicitado no parecer da CCDRC. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes agradeceu todas as explicações dadas e colocou o assunto a discussão de todos os membros da Assembleia.-----

----- Interveio o Sr. Filipe Figueiredo, o qual após cumprimentar todos os presentes, recordando que participou na elaboração do PDM em vigor, juntamente com o Eng.º Caldeira Cabral, e que já na altura, nem tudo foi fácil. De seguida colocou a seguinte questão: - Qual a distância, no final de uma rua, para uma nova construção?-----

----- Respondeu o Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, que não há uma métrica definida e que a tolerância é dada, ou por limites de linhas de água, limites cadastrais, ou existência de habitações já além do limite urbano que esteja em vigor, embora sempre limitado à Reserva Agrícola ou Ecológica.-----

----- O Sr. Filipe Figueiredo concluiu então que, onde termina o perímetro urbano, não há hipótese de tolerância.-----

----- Respondeu o Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, que não, onde terminava foi possível fazer alguns ajustamentos.-----

----- O Sr. Filipe Figueiredo questionou ainda o seguinte: Dentro do próprio perímetro urbano, qual a largura de frente de terreno exigida para uma possível construção?----

----- O Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, respondeu que o regulamento do PDM não define aquelas questões, as quais são sim definidas no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização que, no momento, já tem regras específicas para os afastamentos em função da frente dos prédios, nomeadamente, os afastamentos permitidos são 3 metros de um lado e 1,5 metros do outro.-----

----- Não tendo percebido corretamente a explicação dada pelo Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, o Sr. Filipe Figueiredo reformulou a sua questão da seguinte forma: Se um prédio que tem uma área de três mil metros mas confina com a estrada principal com sete metros, não dá para construir?-----

----- Respondeu o Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, que, embora o Regulamento do PDM diga que não é possível construir com frentes inferiores a oito metros, salvo situações devidamente justificadas, como por exemplo, no meio de aglomerados urbanos de habitação contínuas, em parcelas isoladas a regra é, como define o Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, que parcelas com frente igual ou inferior a catorze metros tenham que deixar afastamentos de 3 metros de um lado e 1,5 do outro e, parcelas com mais de catorze metros, afastamentos laterais de um lado e outro de 3 metros. Informou ainda que, em regra, quando uma parcela tinha uma frente de 7 metros mas ia alargando para o interior, era considerada a largura média da parcela, e tentava-se que a construção fosse implantada da melhor forma para ir ao encontro do interesse do requerente e que ficasse com o enquadramento devido em relação às construções adjacentes.-----

----- Retomando a palavra o Sr. Filipe Figueiredo recordou que, há poucos dias, um cidadão da sua Freguesia tinha interesse em comprar um prédio que tem três mil metros de superfície mas que tem frente para a estrada com sete metros e mediante a informação do Sr. Eng.º Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, perdeu essa compra.-----

----- O Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, respondeu que a situação era diferente, uma vez que, a frente tem de ser considerada em relação ao arruamento que define o limite do espaço urbano, quando a parcela em questão tinha frente não para o arruamento que definia o limite urbano mas para um arruamento secundário que era perpendicular ao arruamento principal, não definido nos termos do Regulamento do PDM em vigor.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual recordando que a Junta de

Freguesia de Murte de fez um terço das sugestões, propostas ou reclamações relativamente à proposta do PDM, solicitou esclarecimentos sobre algumas repostas que lhe foram dadas, nomeadamente: - Uma das propostas feitas foi a classificação de duas estradas entre as localidades com caminhos municipais, à qual foi respondido que não se enquadrava no âmbito do PDM. No entanto, o Regulamento das Estradas e Caminhos Municipais diz no seu art.º 38º que *“compete às Câmaras Municipais, em colaboração com a Direção-Geral dos Serviços de Urbanização, entretanto extinta, promover o planeamento urbanístico”*, ou seja, enquadrando perfeitamente a pretensão no âmbito do PDM, providenciando no sentido do cadastro das suas vias de comunicação se manter atualizado. Acrescentou que as vias de comunicação municipais podem ser estradas municipais ou caminhos municipais e que há 2 estradas na freguesia de Murte de entre localidades e dezenas de outras no concelho que não estão classificadas como vias municipais. Concluiu que, não estando classificadas enquanto tal, são caminhos vicinais alcatroados propriedades das Juntas de Freguesias, o que levanta vários problemas sobre alinhamentos, restrições e condicionantes, manutenção e competências, bem como sobre responsabilidade em caso de acidente se for devido ao deficiente estado da via; - Foi proposta a classificação de uma zona inundável, numa estrada onde sempre que chove há uma grande acumulação de água, sendo necessária por vezes a intervenção dos bombeiros ou da protecção civil, à qual foi respondido que não se enquadrava no Plano porque é da responsabilidade da CCDR. No entanto, a própria CCDR diz que *“nos termos da Lei da água constituem zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias as áreas contíguas à margem dos cursos das águas ou do mar que se entendam até à linha de alçada pela maior cheia com probabilidade de ocorrência num período de retorno dum século A delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias devem ser*

efetuadas através de demodulação hidrológica e hidráulica que permita o cálculo das áreas inundáveis”, tendo havido já várias Câmaras que pediram autorizações para o fazer e fizeram; - Relativamente às linhas de água, em sistemas de drenagem hidráulica das vias públicas que escoam para terrenos particulares e há uma vala hidráulica que começa trinta, quarenta, cinquenta metros a seguir à estrada foi questionado se nesses quarenta ou cinquenta metros que medeiam entre os sítios onde as valetas escoam e o início da vala, se pode construir e impedir a passagem da água. Neste caso foi informado que é da competência do IGEO, porque é a única entidade com capacidade para cartografar, mas acontece que várias Câmaras pediram pareceres às administrações regionais e hidrográficas e fizeram eles próprios o levantamento dos sistemas de drenagem. A marcação da linha de água tem um critério nacional que é identificado pelas bacias superiores a quatro quilómetros quadrados num outro local onde prevalece a adoção da indicação de Strauler que inicia a classificação das linhas de água de montante para jusante, sendo adotada no planeamento territorial de escala local e na reclassificação fluvial; - Foi também feita uma proposta, há dois anos, para a inclusão da área urbana do Casal das Sete Fontes com quatro habitações, à qual foi dada a resposta que foi cumprido um critério mínimo de dez habitações com distâncias até cem metros. Acrescentou que, numa outra Freguesia do Concelho há quatro situações idênticas, que não tinham PDM anteriormente e onde foram criadas zonas de edificação dispersa com menos de dez habitações. Por outro lado, foi proposto em Murtede a extensão do PDM para abranger seiscentos metros de uma rua, porque o interior e o fim estão já abrangidos pelo PDM, para abranger quatro casas, não tendo sido aceite porque não se incluía nos critérios das áreas dispersas. Mais uma vez informou que, existe um caso de uma Freguesia onde foram criados seiscentos metros de arruamentos lineares para

abranger cerca de duas dezenas de habitações e um outro caso onde foram abrangidos os mesmos quinhentos ou seiscentos metros de área edificada para abranger uma habitação e não quatro; - Finalmente, referiu que os protocolos com as Juntas estão feitos em termos de área urbana para atribuição das verbas e questionou se vão ser consideradas as áreas rurais de edificação e as áreas de edificação dispersa criadas.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, respondendo, relativamente à esta última questão que, obviamente, pelo facto de haver uma mudança na classificação, numa primeira análise, não se irá alterar nada, mas o assunto será analisado, uma vez que as habitações lá se encontram.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, o qual respondeu da seguinte forma: - Relativamente à classificação das vias municipais afirmou não ser, de facto, um trabalho a fazer no âmbito do PDM. Esclareceu, de seguida que, no PDM identificam-se as vias municipais mas, não o processo de criação de novas vias municipais. Mas pode ser feito em qualquer altura e tem procedimentos legais que devem ser cumpridos e que são demorados, não fazendo sentido fazer esse tipo de procedimento no âmbito do PDM. Acrescentou que não significa que a maior parte dos Municípios no país, há muitos anos, façam reclassificações de vias municipais e que não tem conhecimento que nos últimos anos tenham feito qualquer tipo de alteração porque, de facto, em regra, não altera coisa nenhuma nos procedimentos a ter para efeitos de manutenção ou conservação das vias; - Relativamente à zona inundável proposta, informou que, efetivamente existem zonas inundáveis no Concelho, estando classificadas como tal e existem ainda, pontualmente, alguns locais que ficam inundados em determinadas circunstâncias, o que leva a obstrução

das linhas de água. Explicou que, quando acontece uma dessas situações, o Sr. Presidente da Câmara dá indicações para se verificar, trabalho esse feito com a colaboração do Dr. Paulo Marques, geografo, que vai ao local, verifica e propõe soluções. Essas soluções podem passar pela execução de obras, ou por trabalhos de desobstrução, entre outros. Informou ainda que as linhas de água estão todas marcadas na cartografia e que, no PDM anterior, já existe na cartografia um tema que é a hidrologia, bastante completo, no qual estão marcadas todas as linhas de águas fundamentais, o que não impede inundações em situações pontuais. Deu como exemplo um estudo feito na zona de São Caetano, na Rua das Lagoinhas, onde por vezes a água fica retida e causa problemas de inundação pelo facto das linhas de água não estarem desobstruídas, pois, com o tempo, vão sendo obstruídas com os trabalhos agrícolas e depois, de tempos a tempos, é necessário fazer uma reciclagem dessa situação novamente. Concluiu que, na informação transmitida estava claro que o Município não tem competência para fazer requalificações de linhas de água.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Isabel Matos, a qual reforçou que a resposta dada foi bastante pormenorizada para não levantar dúvidas, uma vez que diz *“no âmbito do processo de limitação da Reserva Ecológica Nacional delimitaram-se as zonas ameaçadas por cheias que dentro do perímetro urbano assumem a designação zonas inundáveis atendendo à metodologia definida pelas entidades”*. Acrescentou que aquela metodologia foi usada para todo o Concelho e que foi acordada e concertada com a CCDR e com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, e aprovada, que informaram que *“atendendo à metodologia utilizada que se encontra aprovada pelas entidades competentes, não se observaram resultados que sustentem que o troço em questão é suscetível de inundação pelo que se entende não proceder à retificação enunciada pelo*

requerente.” Recordou que foi ainda comunicado que “*face ao exposto indefere-se a pretensão da Junta de Freguesia, podendo no entanto, em conjunto com a Proteção Civil expor posteriormente esta questão junto da Câmara e da Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Centro.*” Finalmente voltou a referir que o Município não pode mexer na cartografia oficial uma vez que ela é homologada.----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Eng.º Juan Carvalho, o qual, após cumprimentar todos os presentes, questionou relativamente aos destaques dentro da zona urbana, se apenas são possíveis desde que, uma das parcelas seja definida como parte agrícola.-----

----- Respondeu o Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, que não. Atualmente, os destaques podem ser feitos em espaço urbano e fora de espaço urbano. Acrescentou que, quando é em espaço urbano, basta que as duas parcelas confinem com o arruamento público e quando é fora de espaço urbano, na parcela a destacar só é permitido edificar uma habitação com o máximo de dois fogos e a parcela sobrança tem de ter um plano agrícola para a zona, como acontece muitas vezes no Alentejo e noutras regiões do País, ou uma unidade mínima de cultura que está fixada por Lei (para solos de sequeiro 20.000 metro e para solos hortícolas 5.000 metros). Esclareceu ainda que, uma vez que os loteamentos só podem ser feitos em espaço urbano, nos espaços rurais caem os loteamentos e passam a vigorar os destaques, desde que na parcela sobrança se verifique a unidade mínima de cultura ou então aquela que a Lei determinar.-----

----- Foi ainda dada a palavra ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, o qual enalteceu todo o esforço dos serviços em relação à implantação de pequenas empresas ligadas à agricultura nas Freguesias. Considera que é muito importante, para todas as freguesias para manter alguma vitalidade e algum apoio

ligado à agricultura. Exemplificou com o caso de uma serralharia, em Cordinhã, que inicialmente era para ser deslocalizada para a Zona Industrial de Murtede ou para a Zona Industrial de Cantanhede, e que está a ser resolvido pela Câmara Municipal, mantendo as pessoas mais próximas à agricultura e facilitando-lhes a vida.-----

----- Finalmente interveio o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual agradeceu a toda a equipa liderada pelo Sr. Diretor do Urbanismo Eng.º Abreu, pelo trabalho feito. De seguida recordou os últimos acontecimentos, nomeadamente, o diálogo com as diversas entidades e a fase de inquérito público que teve a participação de privados, das Juntas de Freguesia e de algumas empresas. Considerou ainda que, apesar de não se ter conseguido responder a tudo, por força da legislação e das diversas entidades cujo parecer é um parecer vinculativo que não se consegue ultrapassar, com este novo instrumento de gestão do território o Município estará, com certeza, preparado para encarar o futuro com mais otimismo.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta final do PDM e Avaliação Ambiental Estratégica»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Terminada a votação, o Sr. Presidente da Junta de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, apresentou à Mesa, a seguinte declaração de Voto: *“DECLARAÇÃO DE VOTO: A Junta de Freguesia de Murtede, representada na sessão da Assembleia Municipal de Cantanhede pelo seu Presidente, Carlos Miguel da Cruz Santo Gomes Fernandes, reconhece o enorme esforço técnico inerente à elaboração da primeira revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Cantanhede, atendendo à multiplicidade de entidades envolvidas e aos diversos aspetos que contribuíram para a complexidade, dificuldade e morosidade do processo. Quer antes da elaboração da proposta, quer na fase de discussão pública, procurámos estar sempre atentos e*

defender os interesses da Freguesia e das suas populações, apresentando mais de três dezenas de sugestões e propostas, das quais boa parte foi deferida. Dentro dos critérios que houve necessidade de observar na classificação e reclassificação do solo; na uniformização dos conceitos técnicos e na inclusão de alterações legislativas, entre diversas outras circunstâncias que tiveram de ser atendidas, considera-se que a proposta é globalmente equilibrada e promove o desenvolvimento sustentado do Município de Cantanhede (em geral) e da Freguesia de Murte de (em particular). Contudo, não podemos deixar passar em claro algumas sugestões nossas com mais de dois anos e que não foram atendidas, constituindo a base para assimetrias e sendo contrárias aos pretendidos princípios de desenvolvimento harmonioso: 1 - Não prolongar o Núcleo Industrial de Murte de para Sul é um erro estratégico, face à sua localização privilegiada e única, motivadora do interesse de inúmeras empresas. Justificar tal opção com as características morfológicas do território e com condições adversas à implantação de indústrias, é passar um injustificado atestado de incompetência ao vizinho Município da Mealhada, que fez a mesma expansão para Sul e ainda por cima com enorme sucesso! 2 - Não promover a edificabilidade na localidade do Casal das Sete Fontes como aglomerado de edificação dispersa (AED) ou como aglomerado rural, é perder uma oportunidade para fomentar o comércio e os serviços na envolvente à Praia Fluvial das Sete Fontes, diminuindo assim o potencial de atratividade e oferta turística daquele local, numa zona que para mais já está plenamente infraestruturada. Desculpar-se com critérios físicos de continuidade e proximidade de edificações, considerando as áreas anteriormente urbanas associadas a uma toponímia, mínimo de 10 edificações e 100 metros de distância entre elas no caso das AED, é justificar o injustificável. Por um lado, os edifícios daquele local distam entre si menos de 100 metros e por outro, os restantes critérios

dever servir apenas para a Freguesia de Murtede, já que foram criadas AED noutras locais com 10 ou menos edifícios e onde antes não existiam áreas urbanas. Só numa outra freguesia detetámos 4 situações em tudo idênticas à nossa! 3 - Não permitir que os 600 metros da parte central Rua das Almas, em Murtede, sejam incluídos na área urbana daquela localidade é desaproveitar um arruamento infraestruturado, promover desigualdade e restrições para os residentes das 4 habitações ali situadas e limitar o crescimento daquela que é a terceira localidade mais populosa do concelho (censos 2011). E o que dizer quando identificámos uma situação em que a área edificável cresceu numa área correspondente a mais de 1600 metros de arruamentos (para cerca de duas dezenas de habitações), ou uma outra onde 500 metros de arruamento passaram de urbanizáveis a urbanos, com apenas 1 ou 2 habitações! Como tal e na defesa dos interesses da Freguesia de Murtede, registamos como muito negativos os aspetos acima enunciados, apenas votando favoravelmente a proposta porque apesar de tudo, esta proposta ainda trouxe algumas melhorias em relação ao PDM em vigor e pela sua atualidade e importância estratégica, assim como pelo respeito que cada uma das nossas demais sugestões que foram aceites.”-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta/relatório da Consolidação de Contas do Município de Cantanhede do ano de 2014»:-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que é a primeira vez que o referido relatório é presente à Assembleia Municipal, por imposição legal, e tem por objetivo a melhoria da informação contabilística prestada pela Administração Local, garantir uma melhor democracia local, instalar uma política de grupo e ter a capacidade de medir os riscos financeiros. Informou, de seguida que, como em Cantanhede existe uma lógica de grupo

municipal, aquela consolidação tem por objetivo a elaboração das demonstrações financeiras de um conjunto de entidades como se de uma única entidade se tratasse, devendo dar uma imagem fiel da situação patrimonial e financeira de todo o conjunto, deixando perceber a contribuição de cada um dos elementos para o grupo. Informou ainda que, aquele relatório consolida as contas do Município, bem como as da INOVA, do BIOCANT, da ABAP e da WRC, tendo feito uma breve descrição de cada uma daquelas entidades. Acrescentou que o Município detém ainda capital noutras entidades, mas que, de acordo com a Lei, são excluídas desta análise, como por exemplo a CIMRIA e a AIRC, entre outras. Referiu também que, como é a primeira vez que é feita, não é possível fazer a comparação com os anos anteriores. Esclareceu, de seguida, que o Município utiliza o cadastro e o inventário dos bens do Estado, o CIB, método para o apuramento das amortizações dos bens imobilizados enquanto as outras entidades seguem a ótica do sistema de normalização contabilística, o que origina dificuldades de contabilização entre contas e apuramentos. Assim, informou que as demonstrações financeiras consolidadas do Município mostram um balanço consolidado a 31 de dezembro de 2014 com um total de 150.054.529,59 €, tendo um total de fundos próprios de 81.528.676,41,€ e um resultado líquido consolidado de 3.253.951,96 €. Referiu ainda que a empresa auditora, AUREN Auditores, foi extremamente profissional e muito exigente e, de seguida, felicitou a Divisão Financeira e todo o Departamento Administrativo e Financeiro pelo trabalho realizado, extremamente desgastante e realizado em articulação com os auditores da INOVA, da BIOCANT e da ABAP. Finalmente, informou que, apesar dos auditores terem feito algumas propostas de mudanças, verifica-se que as demonstrações foram apresentadas de forma verdadeira e apropriada e o resultado consolidado, a posição financeira e os fluxos de caixa estão

em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o subsector das autarquias locais. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta/relatório da Consolidação de Contas do Município de Cantanhede do ano de 2014»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 21 votos a favor e 6 abstenções.-----

----- Após a votação, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual declarou continuar a não perceber algumas votações da bancada do PS, nomeadamente, quanto se abstêm na votação de um assunto tão claro, que diz respeito à fiscalização das contas do Município, assunto esse elaborado por auditores que ganharam um concurso, logo auditores independentes externos. Finalmente recordou que se aproxima a EXPOFACIC e todo um conjunto de eventos, os quais irão, mais uma vez, afirmar o Concelho como um dos melhores e mais pujantes da Região Centro.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queresia usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 18h30 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: